

**FEVEREIRO/2023 - 3º DECÊNIO - Nº 1968 - ANO 67**

## **BOLETIM ASSUNTOS DIVERSOS**

### **ÍNDICE**

INFORMEF RESPONDE - INTERRUÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE - POSSIBILIDADE - PROCEDIMENTOS - CONSIDERAÇÕES ----- PÁG. 130

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - REGISTROS PÚBLICOS - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SISTEMA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - ARRENDAMENTO RESIDENCIAL COM OPÇÃO DE COMPRA - DISPOSIÇÕES. (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162/2023) ----- PÁG. 132

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - COEFICIENTES DE PISOS MÍNIMOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS - PREÇO DE MERCADO DO COMBUSTÍVEL NOS POSTOS DE VAREJO - REAJUSTE - DISPOSIÇÕES. (PORTARIA ANTT Nº 5/2023) ----- PÁG. 141

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS - DARF - CÓDIGOS DE RECOLHIMENTO - INSTITUIÇÃO. (ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR Nº 6/2023) ----- PÁG. 144

DECISÕES ADMINISTRATIVAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

- CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - CRÉDITO - INSUMOS - COMÉRCIO ATACADISTA - ENTREGA DE MERCADORIAS - COMBUSTÍVEIS - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS ----- PÁG. 144

- CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - NÃO CUMULATIVIDADE - BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS - VENDAS - NOTAS FISCAIS DISTINTAS - DOAÇÃO - REGIME MONOFÁSICO - ALÍQUOTAS ----- PÁG. 145

- IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - ISENÇÃO - REVENDA - VEÍCULOS NACIONALIZADOS - TRANSPORTE AUTÔNOMO DE PASSAGEIROS (TÁXI) - ACESSÓRIOS OPCIONAIS - IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA - ESTABELECIMENTO ENCOMENDANTE PREDETERMINADO - TRATADO INTERNACIONAL - APLICABILIDADE - CRÉDITOS - IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO - MISSÕES DIPLOMÁTICAS, REPARTIÇÕES CONSULARES DE CARÁTER PERMANENTE E DEMAIS ÓRGÃOS E PESSOAS MENCIONADAS NOS INCISOS XII E XIII DO ART. 54 DO RIPI/2010 ----- PÁG. 146

## **INFORMEF RESPONDE - INTERRUÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE - POSSIBILIDADE - PROCEDIMENTOS - CONSIDERAÇÕES**

Solicita-nos (...) parecer sobre a seguinte questão:

### **EMENTA: INTERRUÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE - POSSIBILIDADE - PROCEDIMENTOS.**

**“Uma empresa com atividade comercial está tendo dificuldades para se manter ativa. Razão pela qual, os sócios/titulares desejam paralisar suas atividades por um certo período.”**

**Pergunta: Há possibilidade dessa empresa paralisar suas atividades temporariamente? Qual o procedimento deverá ser realizado?**

Resp.: AFIRMATIVO.

Para realizar a paralisação temporária da respectiva empresa, o (a) consulente deverá ater-se aos seguintes procedimentos (de acordo com cada órgão):

#### **Âmbito Federal:**

As pessoas jurídicas que pretendem paralisar temporariamente suas atividades deverão comunicar este fato à Receita Federal do Brasil (RFB), afim de manter atualizada a sua situação cadastral perante o CNPJ com o preenchimento e envio Ficha cadastral da Pessoa Jurídica (FCPJ) - Evento 412, mediante a utilização do aplicativo Coletor Nacional, disponível no site da RFB na Internet, no menu “Orientação - Tributária - Cadastros - CNPJ - Coletor Nacional”.

Não havendo pendências, o sistema disponibilizará para impressão o Documento Básico de Entrada no CNPJ (DBE) ou Protocolo de Transmissão, que conterà o número do recibo/número de identificação e informará o endereço da unidade cadastradora para onde o contribuinte deverá encaminhar a documentação necessária.

Salientamos que não devem ser enviados documentos originais, apenas cópias autenticadas, pois estes não serão devolvidos. Se o órgão de registro (Junta Comercial, cartório, etc.) celebrou convênio de integração com a RFB, basta a entrega direta do DBE ou do Protocolo de Transmissão no órgão de registro.

A formalização da solicitação de suspensão temporária de atividades ocorre com a remessa, por via postal, pela entrega direta ou por outro meio aprovado pela RFB, à unidade cadastradora de jurisdição do estabelecimento (indicada após a conclusão da Pesquisa Prévia), dos seguintes documentos:

I - quando a própria pessoa física responsável perante o CNPJ (ou preposto anteriormente indicado) assinar o DBE ou Protocolo de Transmissão:

a) DBE ou do Protocolo de Transmissão;

b) cópia autenticada do documento de identificação do signatário; e

c) Declaração de Interrupção Temporária de Atividades para naturezas jurídicas que exigem registro na Junta Comercial (nesse caso a data do evento será a do registro da Declaração na Junta Comercial).

II - quando o procurador assinar o DBE ou Protocolo de Transmissão:

a) DBE ou Protocolo;

b) cópia autenticada da procuração pública (registrada em cartório) ou particular com firma reconhecida do outorgante (o mandato - procuração - pode ser outorgado pela pessoa física responsável perante o CNPJ ou por sócio administrador/diretor, com poderes de administração, conferidos no ato constitutivo);

c) cópia autenticada do documento de identificação do procurador para conferência da assinatura, salvo quando reconhecido firma em cartório; e

d) Declaração de Interrupção Temporária de Atividades para naturezas jurídicas que exigem registro na Junta Comercial (nesse caso a data do evento será a do registro da Declaração na Junta Comercial).

III - quando o administrador não sócio assinar o DBE ou Protocolo de Transmissão:

a) DBE ou do Protocolo de Transmissão;

b) cópia autenticada do documento de identificação do signatário;

c) Declaração de Interrupção Temporária de Atividades para naturezas jurídicas que exigem registro na Junta Comercial (nesse caso a data do evento será a do registro da Declaração na Junta comercial); e

d) cópia autenticada do ato que confere poderes de administração registrado no órgão competente. Na hipótese de delegação constante do ato constitutivo, não há necessidade de apresentar aquele documento.

Para as pessoas jurídicas que utilizam certificação digital (própria ou por procuração eletrônica) ou senha fornecida pelos órgãos conveniados, será gerado um Protocolo de Transmissão.

O DBE ou o Protocolo ficará disponível para impressão no site da RFB na Internet, na opção "Consulta da Situação do Pedido de CNPJ enviado pela Internet". Verificar as orientações ao contribuinte impressas no recibo de transmissão.

O reconhecimento de firma da assinatura no DBE é dispensado no caso de solicitação de órgão público, de utilização de convênio com órgão de registro ou quando a assinatura pelo representante legal da pessoa jurídica ocorrer na presença do servidor da RFB.

#### **Âmbito Estadual:**

De início, cabe destacar que, considera-se paralisação temporária das atividades a interrupção do seu exercício por período de até 12 meses durante um período de cinco anos, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 96 da Parte Geral do RICMS/MG, *in verbis*:

"Art. 96. ....

§ 4º Para os efeitos do disposto no inciso V deste artigo, considera-se paralisação temporária das atividades a interrupção do seu exercício por período de até 12 (doze) meses.

§ 5º Na contagem do prazo a que se refere o parágrafo anterior considerar-se-á o somatório das paralisações ocorridas durante o período de 5 (cinco) anos."

Toda empresa, exceto o Microempreendedor Individual (MEI), inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS em Minas Gerais que pretende interromper suas atividades deverá providenciar o registro do fato junto à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG).

A solicitação desta interrupção deverá ser realizada exclusivamente pela Internet, utilizando-se a REDESIM, evento 412. Será gerado um código de acesso ao pedido, que deve ser utilizado para acompanhamento da solicitação que passa por pesquisas automatizadas nos sistemas da RFB e da SEF-MG. Não havendo impedimentos, emite-se uma confirmação.

Ao consultar o andamento da solicitação, o contribuinte visualizará a seguinte mensagem: "Comparecer à Administração Fazendária com a documentação necessária à análise do seu processo".

Concluída a suspensão no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento, o contribuinte deverá comparecer à unidade de atendimento da SEF-MG de sua circunscrição e, mediante apresentação de requerimento, solicitar a paralisação temporária da Inscrição Estadual.

O objetivo da comunicação da paralisação temporária de atividade é dispensar o contribuinte de suas obrigações (principal e acessórias), durante o período da paralisação. Se não for comunicada à Administração Fazendária, a empresa continua tendo que cumprir suas obrigações de contribuinte.

Lista de documentos a serem entregues à SEF/MG:

a) cópia dos atos constitutivos ou alteração com cláusula de gerência;  
b) cópia do comprovante da solicitação do serviço, emitida via Siare;  
c) solicitação de cancelamento dos documentos fiscais em branco ou declaração do contabilista responsável por sua escrituração, constando que os mesmos se encontram em seu poder; e

d) atestado de intervenção técnica no Emissor de Cupom Fiscal (ECF), se for usuário (relativo à intervenção técnica para bloqueio de funcionamento do equipamento).

#### **JUCEMG:**

A pessoa jurídica deverá proceder da seguinte maneira:

I - Registro Digital:

- a) fazer o DBE e integre-o no Módulo Integrador (Portal de Serviços);
  - b) pagar o DAE;
  - c) acessar o Registro Digital (Portal de Serviços), informar o protocolo do Módulo Integrador e o número do DAE pago; e
  - d) os documentos deverão ser assinados digitalmente.
- II - Anexar no processo digital:
- a) a Procuração por instrumento público ou particular caso a capa de Processo/Requerimento ou Ato a ser registrado seja assinado digitalmente por procurador; e
  - b) 1ª via do Comunicado (modelo disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://jucemg.mg.gov.br/pagina/118>).

Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

IRGRS 034/2023  
BOAD11147---WIN

**PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - REGISTROS PÚBLICOS - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SISTEMA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - ARRENDAMENTO RESIDENCIAL COM OPÇÃO DE COMPRA - DISPOSIÇÕES**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023.**

OBSERVAÇÕES INFORMEF

O Presidente da República, por meio da Medida Provisória nº 1.162/2023, dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera a Lei nº 6.015/1973, que trata sobre Registros Públicos, a Lei nº 8.677/993, que trata sobre o Fundo de Desenvolvimento Social, a Lei nº 9.514/1997, que trata sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, a Lei nº 10.188/2001, cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, a Lei nº 11.977/2009, que trata sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, a Lei nº 14.063/2020, que trata sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos, \* (V. Bol. 1.822 - AD), e a Lei nº 14.382/2022, que trata sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), \* ( V. Bol. 1.945 - AD ).

Dentre as principais disposições, destacamos:

- referido programa Minha Casa, Minha Vida tem por finalidade promover o direito à cidade e à moradia de famílias residentes em áreas urbanas e rurais, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população, tendo como objetivo:

\* ampliar a oferta de moradias para atender às necessidades habitacionais, sobretudo da população de baixa renda, nas suas diversas formas de atendimento;

\* promover a melhoria de moradias existentes para reparar as inadequações habitacionais;

\* estimular a modernização do setor habitacional e a inovação tecnológica com vistas à redução dos custos, à sustentabilidade ambiental e climática e à melhoria da qualidade da produção habitacional, com a finalidade de ampliar o atendimento habitacional; e

\* apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento da atuação dos agentes públicos e privados responsáveis pela promoção do Programa.

- tais objetivos serão alcançados por linhas de atendimento que considerem as necessidades habitacionais, os quais são:

\* provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas ou rurais;

\* provisão financiada de unidades habitacionais novas ou usadas em áreas urbanas ou rurais; III - locação social de imóveis em áreas urbanas;

\* provisão de lotes urbanizados; e

\* melhoria habitacional em áreas urbanas e rurais.

- são diretrizes do Programa:

\* atendimento habitacional prioritário às famílias de baixa renda, consideradas a realidade local e a diversidade regional, urbana e rural, ambiental e climática, social, cultural e econômica do País;

\* concepção da habitação em seu sentido amplo de moradia, com a integração das dimensões física, urbanística, fundiária, econômica, social, cultural e ambiental do espaço em que a vida do cidadão acontece;

\* estímulo ao cumprimento da função social da propriedade e do direito à moradia, nos termos do disposto na Constituição.

- serão atendidas pelo programa famílias residentes em áreas urbanas com renda bruta familiar mensal de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e famílias residentes em áreas rurais com renda bruta familiar anual de até R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), consideradas as seguintes faixas:

\* famílias residentes em áreas urbanas:

a) Faixa Urbano 1 - renda bruta familiar mensal até R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais);

b) Faixa Urbano 2 - renda bruta familiar mensal de R\$ 2.640,01 (dois mil seiscentos e quarenta reais e um centavo) até R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais); e

c) Faixa Urbano 3 - renda bruta familiar mensal de R\$ 4.400,01 (quatro mil e quatrocentos reais e um centavo) até R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e

\* famílias residentes em áreas rurais:

a) Faixa Rural 1 - renda bruta familiar anual até R\$ 31.680,00 (trinta e um mil seiscentos e oitenta reais);

b) Faixa Rural 2 - renda bruta familiar anual de R\$ 31.680,01 (trinta e um mil seiscentos e oitenta reais e um centavo) até R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais); e

c) Faixa Rural 3 - renda bruta familiar anual de R\$ 52.800,01 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais e um centavo) até R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

- O referido programa será constituído pelos seguintes recursos, a serem aplicados com observância à legislação específica de cada fonte e em conformidade com as dotações e disponibilidades orçamentárias e financeiras consignadas nas leis e nos planos de aplicação anuais:

\* dotações orçamentárias da União;

\* Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, de que trata a Lei nº 11.124/2005;

\* Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, de que trata a Lei nº 10.188/2001;

\* Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, de que trata a Lei nº 8.677/1993;

\* Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de que trata a Lei nº 8.036/1990;

\* operações de crédito de iniciativa da União firmadas com organismos multilaterais de crédito e destinadas à implementação do Programa;

\* contrapartidas financeiras, físicas ou de serviços de origem pública ou privada;

\* doações públicas ou privadas destinadas aos fundos de que tratam os incisos II, III, IV e V;

e

\* outros recursos destinados à implementação do Programa oriundos de fontes nacionais e internacionais.

Consultora: Gláucia Cristina Peixoto.

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida tem por finalidade promover o direito à cidade e à moradia de famílias residentes em áreas urbanas e rurais, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - ampliar a oferta de moradias para atender às necessidades habitacionais, sobretudo da população de baixa renda, nas suas diversas formas de atendimento;

II - promover a melhoria de moradias existentes para reparar as inadequações habitacionais;

III - estimular a modernização do setor habitacional e a inovação tecnológica com vistas à redução dos custos, à sustentabilidade ambiental e climática e à melhoria da qualidade da produção habitacional, com a finalidade de ampliar o atendimento habitacional; e

IV - apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento da atuação dos agentes públicos e privados responsáveis pela promoção do Programa.

Art. 3º Os objetivos do Programa serão alcançados por meio de linhas de atendimento que considerem as necessidades habitacionais, tais como:

I - provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas ou rurais;

II - provisão financiada de unidades habitacionais novas ou usadas em áreas urbanas ou rurais;

III - locação social de imóveis em áreas urbanas;

IV - provisão de lotes urbanizados; e

V - melhoria habitacional em áreas urbanas e rurais.

§ 1º As linhas de atendimento de que trata o *caput* poderão ser implementadas de forma associada com vistas ao alcance dos objetivos e das diretrizes do Programa, na forma regulamentada pelo Ministério das Cidades, observada a legislação específica aplicável.

§ 2º As unidades imobiliárias produzidas no âmbito do Programa poderão ser disponibilizadas às famílias beneficiárias ou aos entes federativos sob a forma de cessão, de doação, de locação, de comodato, de arrendamento ou de venda, mediante financiamento ou não, em contrato subsidiado ou não, total ou parcialmente, conforme previsto em regulamento, sem prejuízo de outros negócios jurídicos compatíveis.

Art. 4º São diretrizes do Programa:

I - atendimento habitacional prioritário às famílias de baixa renda, consideradas a realidade local e a diversidade regional, urbana e rural, ambiental e climática, social, cultural e econômica do País;

II - concepção da habitação em seu sentido amplo de moradia, com a integração das dimensões física, urbanística, fundiária, econômica, social, cultural e ambiental do espaço em que a vida do cidadão acontece;

III - estímulo ao cumprimento da função social da propriedade e do direito à moradia, nos termos do disposto na Constituição;

IV - promoção do planejamento integrado com as políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de infraestrutura, de saneamento, de mobilidade e de gestão do território e de forma transversal com as políticas ambiental e climática, de desenvolvimento econômico e social e de segurança pública, entre outras, com vistas ao desenvolvimento urbano sustentável;

V - estímulo a políticas fundiárias que garantam a oferta de áreas urbanizadas para habitação, com localização, preço e quantidade compatíveis com as diversas faixas de renda do mercado habitacional, de forma a priorizar a faixa de interesse social da localidade;

VI - redução das desigualdades sociais e regionais do País;

VII - cooperação federativa e fortalecimento do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, de que trata a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005;

VIII - estímulo à inovação e aperfeiçoamento da qualidade, da durabilidade, da segurança e da habitabilidade da construção de habitações e da instalação de infraestrutura em empreendimentos de interesse social;

IX - sustentabilidade econômica, social e ambiental dos benefícios habitacionais, inclusive com estímulo aos estudos de exploração comercial dos ativos ambientais gerados pelo Programa;

X - transparência e monitoramento com relação à execução física e orçamentária dos benefícios habitacionais e à participação dos atores envolvidos, incluída a divulgação dos valores de subvenção concedidos e dos benefícios gerados;

XI - conclusão de investimentos iniciados e cumprimento de compromissos pregressos, exceto se comprovada a inviabilidade; e

XII - utilização de sistemas operacionais, soluções de projeto, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais, a economia de recursos naturais e a conservação e o uso racional de energia.

Art. 5º O Programa atenderá famílias residentes em áreas urbanas com renda bruta familiar mensal de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e famílias residentes em áreas rurais com renda bruta familiar anual de até R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), consideradas as seguintes faixas:

I - famílias residentes em áreas urbanas:

a) Faixa Urbano 1 - renda bruta familiar mensal até R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais);

b) Faixa Urbano 2 - renda bruta familiar mensal de R\$ 2.640,01 (dois mil seiscentos e quarenta reais e um centavo) até R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais); e

c) Faixa Urbano 3 - renda bruta familiar mensal de R\$ 4.400,01 (quatro mil e quatrocentos reais e um centavo) até R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e

II - famílias residentes em áreas rurais:

a) Faixa Rural 1 - renda bruta familiar anual até R\$ 31.680,00 (trinta e um mil seiscentos e oitenta reais);

b) Faixa Rural 2 - renda bruta familiar anual de R\$ 31.680,01 (trinta e um mil seiscentos e oitenta reais e um centavo) até R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais); e

c) Faixa Rural 3 - renda bruta familiar anual de R\$ 52.800,01 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais e um centavo) até R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

§ 1º Para fins de enquadramento nas faixas de renda, o cálculo do valor de renda bruta familiar não considerará os benefícios temporários de natureza indenizatória, assistencial ou previdenciária, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada - BPC e benefício do Programa Bolsa Família, ou outros que vierem a substituí-los.

§ 2º A atualização dos valores de renda bruta familiar será realizada mediante ato do Ministro de Estado das Cidades.

Art. 6º O Programa será constituído pelos seguintes recursos, a serem aplicados com observância à legislação específica de cada fonte e em conformidade com as dotações e disponibilidades orçamentárias e financeiras consignadas nas leis e nos planos de aplicação anuais:

I - dotações orçamentárias da União;

II - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, de que trata a Lei nº 11.124, de 2005;

III - Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, de que trata a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001;

IV - Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, de que trata a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993;

V - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de que trata a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

VI - operações de crédito de iniciativa da União firmadas com organismos multilaterais de crédito e destinadas à implementação do Programa;

VII - contrapartidas financeiras, físicas ou de serviços de origem pública ou privada;

VIII - doações públicas ou privadas destinadas aos fundos de que tratam os incisos II, III, IV e V;

e

IX - outros recursos destinados à implementação do Programa oriundos de fontes nacionais e internacionais.

§ 1º Com vistas a viabilizar as linhas de atendimento habitacionais de que trata esta Medida Provisória, sem prejuízo de outros meios operacionais, a União, por meio da alocação de recursos destinados a ações integrantes das leis orçamentárias anuais, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, fica autorizada a:

I - integralizar cotas no FAR, transferir recursos ao FDS, complementar os descontos concedidos pelo FGTS e subvencionar a produção, a aquisição, a requalificação, a recuperação e a melhoria de moradias ou conceder subvenção econômica ao beneficiário pessoa física;

II - alocar subvenção econômica com a finalidade de complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações realizadas pelas instituições ou pelos agentes financeiros, incluídos os custos de alocação, de remuneração e de perda de capital, e as despesas de contratação, de administração, de cobrança e de execução judicial e extrajudicial;

III - alocar recursos em fundo garantidor de operações que envolvam benefícios de natureza habitacional; e

IV - alocar recursos por meio de repasses e de financiamentos, inclusive em parcerias público-privadas.

§ 2º A contrapartida do beneficiário do Programa, quando houver, será realizada sob a forma de participação pecuniária, de disponibilização de bens imóveis ou de execução de obras e serviços, para complementação do valor de investimento da operação ou para retorno total ou parcial dos recursos aportados pelo Programa, conforme legislação específica e regulamento do Ministério das Cidades, dispensada a participação financeira de beneficiário que receba BPC ou que seja participante do Programa Bolsa Família.

§ 3º Os demais agentes públicos ou privados do Programa poderão aportar contrapartidas sob a forma de participação pecuniária, de disponibilização de bens imóveis ou de execução de obras e serviços, para complementação ou assunção do valor de investimento da operação e,

ainda, para custeio, total ou parcial, das despesas com a conclusão, a legalização e a entrega de empreendimentos.

§ 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão complementar o valor das operações do Programa com incentivos e benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia.

§ 5º A participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no Programa fica condicionada à existência de lei do ente federativo, no âmbito de sua competência, que assegure a isenção permanente e incondicionada do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, que têm como fato gerador a transferência das unidades imobiliárias ofertadas aos beneficiários, cujas operações decorram da aplicação dos recursos provenientes das fontes de recursos a que se referem os incisos I a IV do *caput*, a qual deverá produzir efeitos previamente à contratação dos investimentos.

§ 6º As operações contratadas no âmbito do Programa poderão contar com a cobertura do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab, nos termos do disposto na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e de seu estatuto.

§ 7º A gestão operacional dos recursos de que trata o inciso I do *caput* será efetuada pela Caixa Econômica Federal, quando destinados a:

I - complementar os descontos concedidos pelo FGTS;

II - atender as famílias residentes em áreas rurais, quando a concessão for concedida diretamente a pessoa física; ou

III - atender ao disposto no inciso II do § 1º.

Art. 7º O disposto nos art. 20 a art. 32 da Lei nº 11.977, de 2009, que tratam do FGHab, e nos art. 42 a art. 44-A da Lei nº 11.977, de 2009, que tratam de custas e emolumentos cartorários, aplica-se, no que couber, às operações de que trata esta Medida Provisória.

Art. 8º Serão priorizadas, para fins de atendimento com o emprego de dotação orçamentária da União e com recursos do FNHIS, do FAR ou do FDS, as famílias:

I - que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar;

II - de que façam parte:

a) pessoas com deficiência, conforme o disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

b) pessoas idosas, conforme o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; e

c) crianças ou adolescentes, conforme o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

III - em situação de risco e vulnerabilidade;

IV - em situação de emergência ou calamidade;

V - em deslocamento involuntário em razão de obras públicas federais; e

VI - em situação de rua.

§ 1º De forma complementar, deverão ser também observadas outras prioridades sociais estabelecidas em leis específicas ou compatíveis com as linhas de atendimento do Programa, como a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, entre outras.

§ 2º Observado o disposto no *caput*, o Ministério das Cidades poderá estabelecer critérios complementares, conforme a linha de atendimento do Programa, e facultar aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades privadas sem fins lucrativos, quando promotoras de benefícios habitacionais, a inclusão de outros requisitos e critérios que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social locais.

Art. 9º A subvenção econômica destinada à pessoa física no ato da contratação que tenha por objetivo proporcionar a aquisição ou a produção da moradia por meio do Programa será concedida apenas uma vez para cada beneficiário e poderá ser cumulativa com os descontos habitacionais concedidos nas operações de financiamento efetuadas nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.036, de 1990, com recursos do FGTS, vedada a sua concessão à pessoa física que:

I - seja titular de contrato de financiamento obtido com recursos do FGTS ou em condições equivalentes às do Sistema Financeiro da Habitação, em qualquer parte do País;

II - seja proprietária, promitente compradora ou titular de direito de aquisição, de arrendamento, de usufruto ou de uso de imóvel residencial, regular, com padrão mínimo de edificação e de habitabilidade estabelecido pelas regras da administração municipal, e dotado de abastecimento de água, de solução de esgotamento sanitário e de atendimento regular de energia elétrica, em qualquer parte do País; ou

III - tenha recebido, nos últimos dez anos, benefícios similares oriundos de subvenções econômicas concedidas com recursos do Orçamento Geral da União, do FAR, do FDS ou provenientes de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuados as subvenções e os descontos destinados à aquisição de material de construção e o Crédito Instalação,



disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, na forma prevista em regulamentação específica.

§ 1º Observada a legislação específica relativa a fontes de recursos, o disposto no *caput* não se aplica à família que se enquadre em uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - tenha tido propriedade de imóvel residencial de que se tenha desfeito por força de decisão judicial há, no mínimo, cinco anos;

II - tenha tido propriedade em comum de imóvel residencial, desde que dele se tenha desfeito em favor do coadquirente há, no mínimo, cinco anos;

III - tenha propriedade de imóvel residencial havida por herança ou doação, em fração ideal de até quarenta por cento, observada a regulamentação específica da fonte de recurso que tenha financiado o imóvel;

IV - tenha propriedade de parte de imóvel residencial, em fração não superior a quarenta por cento;

V - tenha tido propriedade anterior, em nome do cônjuge ou do companheiro do titular da inscrição, de imóvel residencial do qual se tenha desfeito antes da união do casal, por meio de instrumento de alienação registrado no cartório competente;

VI - tenha nua propriedade de imóvel residencial gravado com cláusula de usufruto vitalício e tenha renunciado ao usufruto;

VII - tenha tido o seu único imóvel perdido em razão de situação de emergência ou calamidade formalmente reconhecida pelos órgãos competentes; e

VIII - sofra operação de reassentamento, de remanejamento ou de substituição de moradia, decorrentes de obras públicas.

§ 2º O disposto no *caput* não se aplica às subvenções econômicas destinadas à realização de obras e serviços de melhoria habitacional.

§ 3º A subvenção econômica de que trata o *caput* poderá ser cumulativa com aquelas concedidas por programas habitacionais de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal e, ainda, com financiamento habitacional com recursos do FGTS, observada regulamentação específica.

Art. 10. Os contratos e os registros efetivados no âmbito do Programa serão formalizados, preferencialmente, no nome da mulher e, na hipótese de ela ser chefe de família, poderão ser firmados independentemente da outorga do cônjuge, afastada a aplicação do disposto nos art. 1.647, art. 1.648 e art. 1.649 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 1º O contrato firmado na forma prevista no *caput* será registrado no cartório de registro de imóveis competente, sem a exigência de dados relativos ao cônjuge ou ao companheiro e ao regime de bens.

§ 2º Na hipótese de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido, construído ou regularizado no âmbito do Programa na constância do casamento ou da união estável será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável.

§ 3º Na hipótese de haver filhos do casal e a guarda ser atribuída exclusivamente ao homem, o título de propriedade do imóvel construído ou adquirido será registrado em seu nome ou a ele transferido, revertida a titularidade em favor da mulher caso a guarda dos filhos seja a ela posteriormente atribuída.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos contratos de financiamento firmados com recursos do FGTS.

Art. 11. Observadas as atribuições contidas em legislação específica, compete:

I - ao Ministério das Cidades:

a) gerir e estabelecer a forma de implementação das ações e das linhas de atendimento do Programa; e

b) monitorar, avaliar e divulgar periodicamente os resultados obtidos pelo Programa, de forma a assegurar a transparência e a publicidade de informações;

II - aos órgãos colegiados gestores de fundos financiadores do Programa, exercer as atribuições estabelecidas nas leis que os instituírem;

III - aos operadores de fundos financiadores do Programa, estabelecer mecanismos e procedimentos operacionais necessários à realização de ações do Programa, em conformidade com as diretrizes aprovadas pelos órgãos colegiados gestores de fundos financiadores do Programa e pelo Ministério das Cidades, quando for o caso;

IV - às instituições financeiras, aos agentes financeiros ou à mandatária da União, adotar mecanismos e procedimentos necessários à realização de ações do Programa e participar de acordo com a sua capacidade técnica e operacional, na forma regulamentada pelos operadores dos fundos financiadores do Programa, pelo Ministério das Cidades e pelos órgãos colegiados gestores dos fundos financiadores do Programa;

V - aos Governos estaduais, distrital e municipais, na qualidade de executores, promotores ou apoiadores, implementar e executar seus programas habitacionais em articulação com o Programa Minha Casa, Minha Vida, garantir as condições adequadas para a sua execução e recepcionar, operar e manter os bens públicos gerados pelos investimentos do Programa;

VI - às entidades privadas com ou sem fins lucrativos destinadas à provisão habitacional, executar as ações e as atividades do Programa, respeitadas a legislação específica relativa aos recursos financiadores;

VII - aos empreendedores habitacionais, executar as ações e exercer as atividades do Programa, na qualidade de incorporadores, de prestadores de serviço, de executores ou de proponentes, conforme o caso; e

VIII - às famílias beneficiárias do Programa:

a) fornecer dados e documentos;

b) assumir o financiamento, quando for o caso;

c) honrar o pagamento de aluguéis, arrendamentos, despesas com taxas decorrentes da posse ou da propriedade do imóvel e outras contrapartidas, como despesas com Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, serviços urbanos e taxa condominial, quando for o caso;

d) apropriar-se corretamente dos bens e serviços colocados à sua disposição, com observância à finalidade a que se destinam; e

e) participar das ações de trabalho social previstas nas operações contratadas.

Art. 12. A participação dos agentes do Programa será regulamentada pelo Ministério das Cidades, conforme a linha de atendimento, que poderá estabelecer instrumento contratual no qual sejam estabelecidos direitos e obrigações entre os partícipes e sanções aplicáveis após o devido processo administrativo, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º O descumprimento contratual pela família beneficiária de produção subsidiada de unidade habitacional em área urbana poderá ensejar a retomada do imóvel pelo fundo financiador correspondente, dispensada a realização de leilão, observada a regulamentação do Programa para a destinação da unidade habitacional.

§ 2º Fica facultado ao fundo financiador promover a recuperação de unidades habitacionais sem condições de habitabilidade, para promover a sua reinserção no Programa ou a sua desmobilização, observada a regulamentação específica do Ministério das Cidades.

§ 3º A malversação dos recursos do Programa pelos agentes, por culpa ou dolo, ensejará a devolução do valor originalmente disponibilizado, acrescido de juros e de atualização monetária a serem estabelecidos em regulamento do Ministério das Cidades, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação.

§ 4º Os participantes privados que descumprirem normas ou, por meio de ato omissivo ou comissivo, contribuírem para a aplicação indevida dos recursos poderão perder a possibilidade de atuar no Programa, sem prejuízo do dever de ressarcimento dos danos causados e da incidência das demais sanções civis, administrativas e penais aplicáveis.

Art. 13. Respeitados os regulamentos específicos de cada fonte de recursos e a vinculação necessária às linhas de atendimento do Programa, são passíveis de compor o valor de investimento e o custeio da operação, entre outros:

I - elaboração de estudos, planos e projetos técnicos sociais de infraestrutura, de equipamentos públicos, de mobilidade, de saneamento, urbanísticos e habitacionais;

II - aquisição de imóveis;

III - regularização fundiária urbana, nos termos do disposto na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017;

IV - aquisição ou produção de unidades ou de empreendimentos habitacionais;

V - melhoria, ampliação e recuperação de unidades habitacionais, inclusive daquelas destinadas à adequação ambiental e climática;

VI - requalificação de imóveis;

VII - execução de obras de implantação de equipamentos públicos, de mobilidade, de saneamento e de infraestrutura, incluídas as de instalação de equipamentos de energia solar ou as que contribuam para a redução do consumo de água em unidades imobiliárias;

VIII - prestação de assistência técnica ou de serviços técnicos profissionais;

IX - ações destinadas ao trabalho social e à gestão condominial ou associativa com famílias beneficiárias das intervenções habitacionais;

X - elaboração e implementação de estudos, planos, treinamentos e capacitações;

XI - aquisição de bens destinados a apoiar os agentes públicos ou privados envolvidos na implementação do Programa;

XII - produção de unidades destinadas à atividade comercial;

XIII - elaboração e execução de plano de arborização e paisagismo;

XIV - aquisição e instalação de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação;

XV - contratação de apólices de seguro que visem à mitigação de riscos inerentes aos empreendimentos habitacionais;

XVI - administração de obras sob gestão de entidade privada sem fins lucrativos; e

XVII - custeio de despesas com taxas, impostos diretos e emolumentos cartorários, remuneração de agentes operadores e financeiros, entre outras, imprescindíveis para a regularização do contrato com o beneficiário.

§ 1º Na produção subsidiada de unidades imobiliárias novas em áreas urbanas, compete ao prestador dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica disponibilizar infraestrutura de rede e instalações elétricas até os pontos de conexão necessários à implantação dos serviços nas edificações e nas unidades habitacionais atendidas pelo Programa.

§ 2º A agência reguladora instituirá regras para que o empreendedor imobiliário invista em redes de distribuição de energia elétrica, com a identificação das situações nas quais os investimentos representem antecipação de atendimento obrigatório da concessionária, hipótese em que fará jus ao ressarcimento por parte da concessionária, por critérios de avaliação regulatórios, e daquelas nas quais os investimentos configuram-se como de interesse restrito do empreendedor imobiliário, hipótese em que não fará jus ao ressarcimento.

§ 3º A União poderá destinar bens imóveis a entidades privadas sem fins lucrativos para oferta de benefícios habitacionais, dispensada autorização legislativa específica, desde que o atendimento contemple prioritariamente famílias da Faixa Urbano 1 e observe o disposto na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e na regulamentação específica.

Art. 14. Na hipótese de destinação de imóvel da União de que trata o § 3º do art. 13, o destinatário do imóvel poderá permitir a locação ou o arrendamento de parcela do imóvel não prevista para uso habitacional, desde que o resultado auferido com a exploração da atividade econômica reverta-se em benefício do empreendimento.

Art. 15. Na produção de unidades imobiliárias novas em áreas urbanas, sem prejuízo das demais garantias obrigatórias exigidas na legislação, nos termos de regulamentação do Ministério das Cidades, poderá ser exigida do empreendedor responsável pela construção a contratação de apólices, tais como:

I - seguro garantia executante construtor;

II - seguro garantia para término de obras, incluída infraestrutura não incidente;

III - seguro garantia pós-entrega - manutenção corretiva;

IV - seguro de responsabilidade civil e material;

V - seguro de danos estruturais;

VI - seguro riscos de engenharia; e

VII - seguro habitacional de morte e invalidez permanente e de danos físicos ao imóvel.

Parágrafo único. A assistência técnica e os seguros de obras e pós-obras que visem à mitigação de riscos inerentes ao empreendimento habitacional poderão fazer parte da composição de investimento de que trata o art. 13.

Art. 16. Os requisitos técnicos aplicáveis ao desenvolvimento dos projetos, das obras e dos serviços serão objeto de regulamentação do Ministério das Cidades, respeitados os regulamentos específicos de cada fonte de recursos e a necessária vinculação às linhas de atendimento, observados os seguintes aspectos:

I - acessibilidade e disponibilidade de unidades adaptáveis e acessíveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida ou idosas, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 2015, e na Lei nº 10.741, de 2003; e

II - sustentabilidade social, econômica, ambiental e climática da solução implantada, dada preferência a soluções para acesso a fontes de energias renováveis, equipamentos de maior eficiência energética e materiais de construção de baixo carbono, incluídos aqueles oriundos de reciclagem.

Art. 17. O Poder Executivo federal estabelecerá:

I - critérios e periodicidade para a atualização das subvenções econômicas;

II - metas e benefícios destinados às famílias, observados as atribuições legais sobre cada fonte de recursos, os limites estabelecidos nesta Medida Provisória e a disponibilidade orçamentária e financeira;

III - remuneração devida aos agentes operadores e financeiros para atuação no âmbito do Programa, quando couber; e

IV - metas e formas de aferição de redução de gases de efeito estufa associada aos projetos financiados.

Art. 18. O Ministério das Cidades estabelecerá:

I - forma de divulgação das informações relativas a dispêndio de recursos, projetos financiados, unidades produzidas e reformadas, famílias atendidas e indicadores de desempenho, a serem publicadas periodicamente;

II - critérios de habilitação de entidades privadas sem fins lucrativos para atuação nas linhas de atendimento do Programa;

III - valor, número de prestações e hipóteses de dispensa de participação pecuniária pelas famílias beneficiárias das subvenções habitacionais, para complementação do valor de investimento da operação ou para retorno total ou parcial dos recursos aportados pelo Programa;

IV - procedimentos para seleção de beneficiários e regras para execução do trabalho social;

e

V - valores e limites de renda e de subvenções destinadas à conclusão das operações contratadas nos termos do disposto na Lei nº 11.977, de 2009.

Art. 19. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 221. ....

.....

II - escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes, dispensados as testemunhas e o reconhecimento de firmas, quando se tratar de atos praticados por instituições financeiras que atuem com crédito imobiliário, autorizadas a celebrar instrumentos particulares com caráter de escritura pública;

....." (NR)

Art. 20. A Lei nº 8.677, de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

.....

§ 4º O Conselho Curador se reunirá, em caráter ordinário, no mínimo, semestralmente, mediante convocação de seu Presidente, e, em caráter extraordinário, mediante convocação de qualquer um de seus membros, na forma estabelecida pelo Conselho Curador.

§ 4º-A Na falta da convocação para a reunião ordinária pelo Presidente, de que trata o § 4º, qualquer um dos membros do Conselho Curador poderá fazê-lo, com antecedência mínima de quinze dias.

....." (NR)

Art. 21. A Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 24. ....

.....

§ 1º Caso o valor do imóvel convencionado pelas partes nos termos do inciso VI do *caput* seja inferior ao utilizado pelo órgão competente como base de cálculo para a apuração do imposto sobre transmissão inter vivos, exigível por força da consolidação da propriedade em nome do credor fiduciário, este último será o valor mínimo para efeito de venda do imóvel no primeiro leilão.

§ 2º Nos contratos firmados com cláusula de alienação fiduciária em garantia, caberá ao fiduciante a obrigação de arcar com o custo do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU incidente sobre o bem e das taxas condominiais existentes." (NR)

Art. 22. A Lei nº 10.188, de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

§ 4º Os imóveis produzidos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial poderão ser destinados por cessão, doação, locação, comodato, arrendamento ou venda, em contrato subsidiado ou não, total ou parcialmente, para pessoa física ou jurídica, conforme regulamentação do Ministério das Cidades, sem prejuízo de outros negócios jurídicos compatíveis, com prioridade para:

....." (NR)

Art. 23. A Lei nº 11.977, de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º-A .....

.....

§ 1º Nos empreendimentos habitacionais em edificações multifamiliares produzidos com os recursos de que trata o *caput*, inclusive no caso de requalificação de imóveis urbanos, será admitida a produção de unidades destinadas à atividade comercial a eles vinculada.

.....

§ 5º .....

I - a subvenção econômica será concedida nas prestações do financiamento, ao longo de cento e vinte meses, ressalvada a hipótese de quitação antecipada de que trata o inciso II;

II - poderá haver quitação antecipada do financiamento, conforme regulamentação do Ministério das Cidades; e

.....

§ 7º Nas operações previstas no § 3º, a subvenção econômica será concedida no ato da contratação da unidade habitacional, conforme regulamentação do Ministério das Cidades.

.....

§ 9º O descumprimento contratual pela família beneficiária de operações financiadas pelo FAR e pelo FDS poderá ensejar a retomada do bem pelo fundo financiador correspondente, dispensada a realização de leilão, observada a regulamentação do Ministério das Cidades para a destinação da unidade habitacional.

.....

§ 16. As unidades habitacionais ociosas e as integrantes de operações pendentes de finalização cuja viabilidade de conclusão restar prejudicada poderão ser doadas pelo FAR ou pelo FDS aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou aos órgãos de suas administrações diretas e indiretas com vistas à sua disponibilização para outros programas de interesse social, conforme regulamentação do Ministério das Cidades.

§ 18. Compete ao Ministério das Cidades regulamentar a exigência de participação financeira dos beneficiários de que trata o inciso I do *caput*, inclusive por meio da ampliação do rol de dispensas de que trata o § 3º e da eventual renegociação de dívidas." (NR)

"Art. 8º-A O Ministério das Cidades, nas situações enquadradas nos incisos VI e VII do parágrafo único do art. 7º, deverá notificar, no prazo de sessenta dias, as instituições ou os agentes financeiros para:

.....

§ 4º A manifestação de interesse a que se refere o § 2º possibilitará a prorrogação dos compromissos assumidos pelas instituições ou pelos agentes financeiros pelo prazo de até quarenta e dois meses, contado a partir de 26 de agosto de 2020, para conclusão e entrega das unidades habitacionais.

....." (NR)

"Art. 13. ....

.....

§ 3º Para definição dos beneficiários do PNH, deverão ser respeitados o limite de renda definido para o PMCMV, as faixas de renda definidas pelo Poder Executivo federal e as demais regras estabelecidas na regulamentação do Programa." (NR)

"Art. 20. Fica a União autorizada a participar, observadas suas disponibilidades orçamentárias e financeiras consignadas nas dotações anuais, do FG Hab, que terá por finalidades:

....." (NR)

"Art. 42. ....

.....

§ 4º A redução prevista no inciso II do *caput* aplica-se às operações com recursos do FGTS firmadas a partir de 26 de agosto de 2020 até a data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023." (NR)

"Art. 43-B. A redução prevista no inciso II do *caput* do art. 43 aplica-se às operações com recursos do FGTS firmadas a partir de 26 de agosto de 2020 até a entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.162, de 2023." (NR)

Art. 24. A Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, passa a vigorar as seguintes alterações:

"Art. 17-A. As instituições financeiras que atuem com crédito imobiliário autorizadas a celebrar instrumentos particulares com caráter de escritura pública e os partícipes dos contratos correspondentes poderão fazer uso das assinaturas eletrônicas nas modalidades avançada e qualificada de que trata esta Lei." (NR)

Art. 25. A Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, passa a vigorar as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

§ 1º .....

IV - os extratos eletrônicos relativos a bens imóveis produzidos pelas instituições financeiras que atuem com crédito imobiliário autorizadas a celebrar instrumentos particulares com caráter de escritura pública poderão ser apresentados ao registro eletrônico de imóveis e as referidas instituições financeiras arquivarão o instrumento contratual em pasta própria.

....." (NR)

Art. 26. Permanecerão submetidos às regras da Lei nº 11.977, de 2009, todos os empreendimentos habitacionais firmados e contratados até 25 de agosto de 2020.

Parágrafo único. As operações iniciadas a partir de 26 de agosto de 2020 e os contratos que venham a ser firmados com pessoas físicas ou jurídicas em decorrência dessas operações continuarão submetidas às regras da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, ressalvadas as medidas previstas nesta Medida Provisória que as beneficiem, que serão aplicadas em seu favor.

Art. 27. A partir da data de publicação desta Medida Provisória, todas as operações com benefício de que trata o art. 3º integrarão o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Art. 28. O Ministério das Cidades fica autorizado a convalidar atos administrativos preparatórios de operações futuras, praticados sob a vigência da Lei nº 11.977, de 2009, e da Lei nº 14.118, de 2021.

Parágrafo único. O disposto nesta Medida Provisória poderá ser aplicado na convalidação de que trata o *caput*, desde que em benefício da operação e que não colida com as diretrizes previstas no art. 4º.

Art. 29. Ficam revogados:

I - o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.514, de 1997;

II - os seguintes dispositivos da Lei nº 11.977, de 2009:

a) os § 2º e § 17 do art. 6º-A;

b) o inciso III do *caput* do art. 7º-B; e

c) o § 1º-B do art. 20; e

III - os seguintes dispositivos da Lei nº 14.118, de 2021:

a) os art. 1º a art. 16; e

b) o art. 25.

Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Jader Fontenelle Barbalho Filho  
Fernando Haddad

(DOU, 15.02.2023)

BOAD11148---WIN/INTER

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - COEFICIENTES DE PISOS MÍNIMOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS - PREÇO DE MERCADO DO COMBUSTÍVEL NOS POSTOS DE VAREJO - REAJUSTE - DISPOSIÇÕES**

**PORTARIA ANTT Nº 5, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2023.****OBSERVAÇÕES INFORMEF**

O Superintendente de Serviços de Transportes Rodoviários e Multimodal de Cargas - ANTT, por meio da Portaria ANTT nº 5/2023, reajusta os coeficientes de pisos mínimos de transporte rodoviários de cargas previstos no Anexo II da Resolução ANTT 5.867/2020, e o preço de mercado do combustível praticado na bomba dos postos de varejo, da Portaria SUROC nº 4/2023.

Consultora: Gláucia Cristina Peixoto.

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E MULTIMODAL DE CARGAS - ANTT, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "b", do artigo 1º da Portaria DG/ANTT nº 477, de 18 de outubro de 2017, e em conformidade com a Resolução nº 5.867, de 14 de janeiro de 2020, tendo em vista o que consta do Processo nº 50500.093742/2021-41,

**RESOLVE:**

Art. 1º Reajustar os coeficientes dos pisos mínimos previstos no Anexo II da Resolução nº 5.867, de 14 de janeiro de 2020, em razão do disposto no §3º do art. 5º da Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, que passam a vigorar nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Alterar o item xviii. Pcomb: Preço de mercado do combustível praticado na bomba dos postos de varejo: Preço de mercado do combustível praticado na bomba dos postos de varejo, da Portaria SUROC nº 04, de 20 de Janeiro de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"xviii. Pcomb: Preço de mercado do combustível praticado na bomba dos postos de varejo: Preço de mercado do combustível praticado na bomba dos postos de varejo: R\$ 6,10 por litro, referente à semana de 12/02 a 18/02 de 2023, Diesel (S10), média Brasil - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. (NR)"

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ AIRES AMARAL FILHO

Substituto

**ANEXO**  
**COEFICIENTES DE PISOS MÍNIMOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA**

**TABELA A - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA LOTAÇÃO**

	#Tipo de carga	Coeficiente de custo	unidade	Número de eixos carregados do veículo combinado						
				2	3	4	5	6	7	9
1	Granel sólido	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,2160	4,1247	4,5944	5,2586	5,9974	6,6575	7,4788
		Carga e descarga (CC)	R\$	338,10	407,26	399,71	444,20	497,22	604,51	625,65
2	Granel líquido	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,2691	4,1922	4,6310	5,3714	6,1101	6,8262	7,6466
		Carga e descarga (CC)	R\$	346,40	419,52	397,30	462,71	515,74	638,41	659,31
3	Frigorificada ou Aquecida	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,8056	4,8466	5,4458	6,3522	7,1951	7,8365	8,8190
		Carga e descarga (CC)	R\$	384,00	454,36	458,15	543,99	597,02	699,18	729,64
4	Containerizada	Deslocamento (CCD)	R\$/km		4,1071	4,5856	5,2560	5,9948	6,6584	7,4700
		Carga e descarga (CC)	R\$		402,43	397,30	443,48	496,50	604,75	623,25
5	Carga Geral	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,2064	4,1071	4,5856	5,2560	5,9948	6,6584	7,4700
		Carga e descarga (CC)	R\$	335,46	402,43	397,30	443,48	496,50	604,75	623,25
6	Neogranal	Deslocamento (CCD)	R\$/km	2,8668	4,1071	4,6101	5,2560	5,9948	6,6584	7,4700
		Carga e descarga (CC)	R\$	335,46	402,43	404,03	443,48	496,50	604,75	623,25
7	Perigosa (granel sólido)	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,8463	4,7549	5,2461	5,9103	6,6491	7,3246	8,1545
		Carga e descarga (CC)	R\$	458,23	527,39	522,28	566,78	619,80	731,34	754,84
8	Perigosa (granel líquido)	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,9147	4,8378	5,2756	6,0159	6,7547	7,4862	8,3151
		Carga e descarga (CC)	R\$	477,05	550,17	530,40	595,81	648,84	775,76	799,02
9	Perigosa (frigorificada ou aquecida)	Deslocamento (CCD)	R\$/km	4,2961	5,3372	5,9426	6,8489	7,6919	8,3534	9,3470
		Carga e descarga (CC)	R\$	470,75	541,11	548,09	633,93	686,96	794,64	828,17
10	Perigosa (containerizada)	Deslocamento (CCD)	R\$/km		4,4019	4,9018	5,5722	6,3110	6,9900	7,8103
		Carga e descarga (CC)	R\$		479,96	477,28	523,46	576,48	688,98	709,84
11	Perigosa (carga geral)	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,5012	4,4019	4,9018	5,5722	6,3110	6,9900	7,8103
		Carga e descarga (CC)	R\$	412,99	479,96	477,28	523,46	576,48	688,98	709,84
12	Carga Granel Pressurizada	Deslocamento (CCD)	R\$/km				5,4898	6,2286		7,8161
		Carga e descarga (CC)	R\$				507,77	560,79		718,41

**Nota:** As células sem valores de coeficiente de custos se referem a veículos combinados com número de eixos não utilizadas para o tipo de carga avaliado no mercado de transporte rodoviário de cargas do Brasil

**TABELA B - OPERAÇÕES EM QUE HAJA A CONTRATAÇÃO APENAS DO VEÍCULO AUTOMOTOR DE CARGAS**

#	#Tipo de carga	Coeficiente de custo	unidade	Número de eixos carregados do veículo combinado						
				2	3	4	5	6	7	9
1	Granel sólido	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,2193	4,7372	5,4760	5,9433	6,4323
		Carga e descarga (CC)	R\$			361,24	397,80	450,82	537,43	531,89
2	Granel líquido	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,2647	4,7826	5,5214	5,9887	6,4777
		Carga e descarga (CC)	R\$			361,24	397,80	450,82	537,43	531,89
3	Frigorificada ou Aquecida	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,9790	5,5885	6,4315	6,9142	7,5392
		Carga e descarga (CC)	R\$			394,43	430,99	484,02	574,88	571,69
4	Conteinerizada	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,2193	4,7372	5,4760	5,9433	6,4323
		Carga e descarga (CC)	R\$			361,24	397,80	450,82	537,43	531,89
5	Carga Geral	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,2193	4,7372	5,4760	5,9433	6,4323
		Carga e descarga (CC)	R\$			361,24	397,80	450,82	537,43	531,89
6	Neogranel	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,2193	4,7372	5,4760	5,9433	6,4323
		Carga e descarga (CC)	R\$			361,24	397,80	450,82	537,43	531,89
7	Perigosa (granel sólido)	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,8710	5,3889	6,1277	6,6104	7,1081
		Carga e descarga (CC)	R\$			483,82	520,37	573,40	664,26	661,07
8	Perigosa (granel líquido)	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,9093	5,4271	6,1659	6,6487	7,1463
		Carga e descarga (CC)	R\$			494,34	530,90	583,92	674,78	671,59
9	Perigosa (frigorificada ou aquecida)	Deslocamento (CCD)	R\$/km			5,4757	6,0853	6,9283	7,4311	8,0672
		Carga e descarga (CC)	R\$			484,37	520,93	573,96	670,34	670,22
10	Perigosa (conteinerizada)	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,5355	5,0534	5,7922	6,2749	6,7726
		Carga e descarga (CC)	R\$			441,22	477,78	530,80	621,66	618,47
11	Perigosa (carga geral)	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,5355	5,0534	5,7922	6,2749	6,7726
		Carga e descarga (CC)	R\$			441,22	477,78	530,80	621,66	618,47
12	Carga Granel Pressurizada	Deslocamento (CCD)	R\$/km				4,7372	5,4760		6,4323
		Carga e descarga (CC)	R\$				397,80	450,82		531,89

**Nota:** As células sem valores de coeficiente de custos se referem a veículos combinados com número de eixos não utilizadas para o tipo de carga avaliado no mercado de transporte rodoviário de cargas do Brasil

**TABELA C - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA LOTAÇÃO DE ALTO DESEMPENHO**

#	#Tipo de carga	Coeficiente de custo	unidade	Número de eixos carregados do veículo combinado						
				2	3	4	5	6	7	9
1	Granel sólido	Deslocamento (CCD)	R\$/km	2,8326	3,5801	4,0887	4,6493	5,2645	5,7116	6,5041
		Carga e descarga (CC)	R\$	139,60	154,50	156,39	165,98	177,40	206,63	214,57
2	Granel líquido	Deslocamento (CCD)	R\$/km	2,8664	3,6190	4,1310	4,7189	5,3341	5,8012	6,5934
		Carga e descarga (CC)	R\$	141,38	157,14	155,87	169,97	181,39	213,93	221,82
3	Frigorificada ou Aquecida	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,3955	4,2726	4,8907	5,5970	6,3163	6,7678	7,7060
		Carga e descarga (CC)	R\$	162,74	177,90	183,29	201,79	213,21	243,16	254,13
4	Conteinerizada	Deslocamento (CCD)	R\$/km		3,5738	4,0856	4,6484	5,2636	5,7119	6,5009
		Carga e descarga (CC)	R\$		153,46	155,87	165,82	177,25	206,68	214,05
5	Carga Geral	Deslocamento (CCD)	R\$/km	2,8292	3,5738	4,0856	4,6484	5,2636	5,7119	6,5009
		Carga e descarga (CC)	R\$	139,03	153,46	155,87	165,82	177,25	206,68	214,05
6	Neogranel	Deslocamento (CCD)	R\$/km	2,4895	3,5738	4,0944	4,6484	5,2636	5,7119	6,5009
		Carga e descarga (CC)	R\$	139,03	153,46	157,32	165,82	177,25	206,68	214,05
7	Perigosa (granel sólido)	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,2632	4,0107	4,5414	5,1020	5,7172	6,1809	6,9827
		Carga e descarga (CC)	R\$	178,73	193,63	197,11	206,70	218,12	250,09	259,56
8	Perigosa (granel líquido)	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,2878	4,0404	4,5520	5,1399	5,7552	6,2390	7,0404
		Carga e descarga (CC)	R\$	182,79	198,54	198,86	212,95	224,38	259,67	269,08
9	Perigosa (frigorificada ou aquecida)	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,7883	4,6654	5,2905	5,9968	6,7162	7,1893	8,1395
		Carga e descarga (CC)	R\$	198,65	213,82	221,27	239,76	251,19	284,71	297,66
10	Perigosa (conteinerizada)	Deslocamento (CCD)	R\$/km		3,7682	4,3021	4,8649	5,4801	5,9451	6,7433
		Carga e descarga (CC)	R\$		183,41	187,41	197,36	208,79	240,97	249,86
11	Perigosa (carga geral)	Deslocamento (CCD)	R\$/km	3,0235	3,7682	4,3021	4,8649	5,4801	5,9451	6,7433
		Carga e descarga (CC)	R\$	168,98	183,41	187,41	197,36	208,79	240,97	249,86
12	Carga Granel Pressurizada	Deslocamento (CCD)	R\$/km				4,7323	5,3475		6,6252
		Carga e descarga (CC)	R\$				179,67	191,10		234,56

**Nota:** As células sem valores de coeficiente de custos se referem a veículos combinados com número de eixos não utilizadas para o tipo de carga avaliado no mercado de transporte rodoviário de cargas do Brasil

**TABELA D - OPERAÇÕES EM QUE HAJA A CONTRATAÇÃO APENAS DO VEÍCULO AUTOMOTOR DE CARGAS DE ALTO DESEMPENHO**



	#Tipo de carga	Coeficiente de custo	unidade	Número de eixos carregados do veículo combinado						
				2	3	4	5	6	7	9
1	Granel sólido	Deslocamento (CCD)	R\$/km			3,7642	4,1968	4,8121	5,0885	5,6110
		Carga e descarga (CC)	R\$			148,10	155,98	167,40	192,17	194,36
2	Granel líquido	Deslocamento (CCD)	R\$/km			3,8096	4,2422	4,8574	5,1339	5,6564
		Carga e descarga (CC)	R\$			148,10	155,98	167,40	192,17	194,36
3	Frigorificada ou Aquecida	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,5332	5,0575	5,7769	6,0700	6,7291
		Carga e descarga (CC)	R\$			169,56	177,44	188,86	216,38	220,09
4	Conteinerizada	Deslocamento (CCD)	R\$/km			3,7642	4,1968	4,8121	5,0885	5,6110
		Carga e descarga (CC)	R\$			148,10	155,98	167,40	192,17	194,36
5	Carga Geral	Deslocamento (CCD)	R\$/km			3,7642	4,1968	4,8121	5,0885	5,6110
		Carga e descarga (CC)	R\$			148,10	155,98	167,40	192,17	194,36
6	Neogranel	Deslocamento (CCD)	R\$/km			3,7642	4,1968	4,8121	5,0885	5,6110
		Carga e descarga (CC)	R\$			148,10	155,98	167,40	192,17	194,36
7	Perigosa (granel sólido)	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,2169	4,6496	5,2648	5,5579	6,0896
		Carga e descarga (CC)	R\$			188,82	196,70	208,12	235,64	239,35
8	Perigosa (granel líquido)	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,2307	4,6633	5,2785	5,5716	6,1034
		Carga e descarga (CC)	R\$			191,09	198,96	210,39	237,91	241,62
9	Perigosa (frigorificada ou Aquecida)	Deslocamento (CCD)	R\$/km			4,9330	5,4574	6,1768	6,4915	7,1626
		Carga e descarga (CC)	R\$			207,54	215,42	226,84	257,93	263,63
10	Perigosa (conteinerizada)	Deslocamento (CCD)	R\$/km			3,9807	4,4134	5,0286	5,3217	5,8534
		Carga e descarga (CC)	R\$			179,64	187,52	198,94	226,46	230,18
11	Perigosa (carga geral)	Deslocamento (CCD)	R\$/km			3,9807	4,4134	5,0286	5,3217	5,8534
		Carga e descarga (CC)	R\$			179,64	187,52	198,94	226,46	230,18
12	Carga Granel Pressurizada	Deslocamento (CCD)	R\$/km				4,1968	4,8121		5,6110
		Carga e descarga (CC)	R\$				155,98	167,40		194,36

**Nota:** As células sem valores de coeficiente de custos se referem a veículos combinados com número de eixos não utilizadas para o tipo de carga avaliado no mercado de transporte rodoviário de cargas do Brasil

(DOU EDIÇÃO EXTRA A, 17.02.2023)

BOAD11153---WIN/INTER

## DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS - DARF - CÓDIGOS DE RECOLHIMENTO - INSTITUIÇÃO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR Nº 6, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

#### OBSERVAÇÕES INFORMEF

O Coordenador-Geral de Arrecadação e de Direito Creditório, por meio do Ato Declaratório Executivo CODAR nº 6/2023, institui os códigos de receita 1575 - R D Ativa - Ressarcimento ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e 1576 - R D Ativa - Ressarcimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que será informado em Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) para efetuar recolhimento de valores inscritos em Dívida Ativa da União e recuperados a título de ressarcimento ao FNSP e ao FNDCT.

Consultor: Glaydson Ricardo de Souza.

Institui código de receita para recolhimento de valores inscritos em Dívida Ativa da União e recuperados a título de ressarcimento.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECAÇÃO E DE DIREITO CREDITÓRIO, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018,

DECLARA:

Art. 1º Ficam instituídos os seguintes códigos de receita, que deverão ser informados no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), para efetuar recolhimento de valores

inscritos em Dívida Ativa da União e recuperados a título de ressarcimento ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) de que tratam, respectivamente, a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007:

I - 1575 - R D Ativa - Ressarcimento ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP); e

II - 1576 - R D Ativa - Ressarcimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FREDERICO IGOR LEITE FABER

(DOU, 15.02.2023)

BOAD11149---WIN/INTER

## DECISÕES ADMINISTRATIVAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

### CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - CRÉDITO - INSUMOS - COMÉRCIO ATACADISTA - ENTREGA DE MERCADORIAS - COMBUSTÍVEIS - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

#### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 35, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

#### **CRÉDITO. INSUMOS. COMÉRCIO ATACADISTA. ENTREGA DE MERCADORIAS. COMBUSTÍVEIS. MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS.**

A apuração de crédito da Cofins com base na aquisição de insumos está relacionada às atividades de produção de bens ou de prestação de serviços. Não há insumos na atividade de revenda de bens, notadamente porque a esta atividade foi reservada a apuração de créditos em relação aos bens adquiridos para revenda.

Não há direito a crédito da Cofins sobre as despesas com combustíveis e lubrificantes consumidos em veículos utilizados para entrega das mercadorias aos clientes de pessoa jurídica que realiza o comércio atacadista de bens, assim como sobre as despesas com manutenção desses veículos, por não haver insumos na atividade comercial nem qualquer outra hipótese de creditamento prevista em lei que permita o enquadramento das respectivas despesas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: *Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º; Parecer Normativo RFB/Cosit nº 5, de 2018.*

Contribuição para o PIS/Pasep

#### **CRÉDITO. INSUMOS. COMÉRCIO ATACADISTA. ENTREGA DE MERCADORIAS. COMBUSTÍVEIS. MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS.**

A apuração de crédito da Contribuição para o PIS/Pasep com base na aquisição de insumos está relacionada às atividades de produção de bens ou de prestação de serviços.

Não há insumos na atividade de revenda de bens, notadamente porque a esta atividade foi reservada a apuração de créditos em relação aos bens adquiridos para revenda.

Não há direito a crédito da Contribuição para o PIS/Pasep sobre as despesas com combustíveis e lubrificantes consumidos em veículos utilizados para entrega das mercadorias aos clientes de pessoa jurídica que realiza o comércio atacadista de bens, assim como sobre as despesas com manutenção desses veículos, por não haver insumos na atividade comercial nem qualquer outra hipótese de creditamento prevista em lei que permita o enquadramento das respectivas despesas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: *Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º; Parecer Normativo RFB/Cosit nº 5, de 2018.*

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Coordenador-Geral  
Substituto

(DOU, 10.02.2023)

BOAD11144---WIN/INTER

**CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - NÃO CUMULATIVIDADE - BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS - VENDAS - NOTAS FISCAIS DISTINTAS - DOAÇÃO - REGIME MONOFÁSICO - ALÍQUOTAS****SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 37, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2023**

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

**NÃO CUMULATIVIDADE. BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS. VENDAS. NOTAS FISCAIS DISTINTAS. DOAÇÃO. REGIME MONOFÁSICO. ALÍQUOTAS.**

Bonificações em mercadorias entregues gratuitamente, a título de mera liberalidade, sem vinculação à operação de venda, são consideradas receita de doação para a recebedora dos produtos (donatária), incidindo a Contribuição para o PIS/Pasep sobre o valor de mercado desses bens.

A receita de vendas oriunda de bens recebidos a título de doação deve sofrer a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep, na formada legislação geral da referida contribuição.

O donatário das bonificações recebidas nas condições acima descritas não poderá descontar créditos da Contribuição para o PIS/Pasep em relação aos produtos recebidos, visto que não há previsão legal para tal creditamento.

A revenda de produtos indistintamente sujeitos ao regime monofásico ou não monofásico, recebidos em bonificação nas condições acima descritas, deve ser tributada pela Contribuição para o PIS/Pasep à alíquota padrão do regime de apuração não cumulativa (1,65%), não se aplicando na revenda a alíquota zero relativa aos produtos sujeitos ao regime monofásico, dado que não há concentração nessa cadeia, tampouco desoneração prevista em lei das etapas seguintes à bonificação.

Fica reformada parcialmente a SCV SRRF04/Disit nº 4.007, de 22 de abril de 2020, nos seus itens 40 a 43.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 664, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE JANEIRO DE 2018.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 291, DE 13 DE JUNHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 16 DE JUNHO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: *Lei nº 10.637, 2002, art. 1º, § 3º, V, "a", art. 3º, § 2º II; Lei nº 10.147, de 2000, arts. 1º e 2º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12, inciso IV; IN SRF nº 51, de 1978, item 4.2; Parecer CST/SIPR nº 1.386/82.*

DISPOSITIVOS LEGAIS. *Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º, § 3º, V, "a", art. 3º, § 2º, II; Lei nº 10.147, de 2000, arts. 1º e 2º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12, inciso IV; IN SRF nº 51, de 1978, item 4.2; Parecer CST/SIPR nº 1.386/82.*

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

**NÃO CUMULATIVIDADE. BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS. VENDAS. NOTAS FISCAIS DISTINTAS. DOAÇÃO. REGIME MONOFÁSICO. ALÍQUOTAS.**

Bonificações em mercadorias entregues gratuitamente, a título de mera liberalidade, sem vinculação à operação de venda, são consideradas receita de doação para a recebedora dos produtos (donatária), incidindo a Cofins sobre o valor de mercado desses bens.

A receita de vendas oriunda de bens recebidos a título de doação deve sofrer a incidência da Cofins, na forma da legislação geral da referida contribuição.

O donatário das bonificações recebidas nas condições acima descritas não poderá descontar créditos da Cofins em relação aos produtos recebidos, visto que não há previsão legal para tal creditamento.

A revenda de produtos indistintamente sujeitos ao regime monofásico ou não monofásico, recebidos em bonificação nas condições acima descritas, deve ser tributada pela Cofins à alíquota padrão do regime de apuração não cumulativa (7,6%), não se aplicando na revenda a alíquota zero aos produtos sujeitos ao regime monofásico, dado que não há concentração nessa cadeia, tampouco desoneração prevista em lei das etapas seguintes à bonificação.

Fica reformada parcialmente a SCV SRRF04/Disit nº 4.007, de 22 de abril de 2020, nos seus itens 40 a 43.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 664, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE JANEIRO DE 2018.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 291, DE 13 DE JUNHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 16 DE JUNHO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS. *Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º, § 3º, V, "a", art. 3º, § 2º, II; Lei nº 10.147, de 2000, arts. 1º e 2º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12, inciso IV; IN SRF nº 51, de 1978, item 4.2; Parecer CST/SIPR nº 1.386/82.*

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Coordenador-Geral  
Substituto

(DOU, 15.02.2023)

BOAD11150---WIN/INTER

---

**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - ISENÇÃO - REVENDA - VEÍCULOS NACIONALIZADOS - TRANSPORTE AUTÔNOMO DE PASSAGEIROS (TÁXI) - ACESSÓRIOS OPCIONAIS - IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA - ESTABELECIMENTO ENCOMENDANTE PREDETERMINADO - TRATADO INTERNACIONAL - APLICABILIDADE - CRÉDITOS - IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO - MISSÕES DIPLOMÁTICAS, REPARTIÇÕES CONSULARES DE CARÁTER PERMANENTE E DEMAIS ÓRGÃOS E PESSOAS MENCIONADAS NOS INCISOS XII E XIII DO ART. 54 DO RIPI/2010**

#### **SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 39, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2023**

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

#### **ISENÇÃO. REVENDA. VEÍCULOS NACIONALIZADOS. TRANSPORTE AUTÔNOMO DE PASSAGEIROS (TÁXI).**

A isenção do IPI para veículos de passageiros quando adquiridos para utilização no transporte autônomo de passageiro (táxi), prevista na Lei nº 8.989, de 1995, contempla, em regra, veículos nacionais. O benefício, no entanto, estende-se aos veículos de procedência estrangeira, nacionalizados e revendidos para uso como táxi, quando importados de países em relação aos quais, através de acordo ou convenção internacional firmados pelo Brasil, tenha sido garantida igualdade de tratamento, quanto aos tributos internos, entre o produto importado e o nacional. Essa extensão do benefício se aplica, portanto, às importações de veículos originários e procedentes de países signatários do GATT/OMC ou que a ele tenham aderido. Contudo, nesse caso, a isenção em pauta não abrange o IPI vinculado à importação, devido no desembaraço aduaneiro do mesmo produto.

#### **ACESSÓRIOS OPCIONAIS.**

A referida isenção, da mesma forma que ocorre com os veículos nacionais, não se estende a quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido e que, portanto, devem necessariamente já estar a ele incorporados por ocasião da respectiva importação e desembaraço aduaneiro.

#### **ISENÇÃO. REVENDA. VEÍCULOS NACIONALIZADOS. TRANSPORTE AUTÔNOMO DE PASSAGEIROS (TÁXI). IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA. ESTABELECIMENTO ENCOMENDANTE PREDETERMINADO. TRATADO INTERNACIONAL. APLICABILIDADE.**

#### **CRÉDITOS. IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO.**

A isenção do IPI prevista no art. 1º, incisos I a III, da Lei nº 8.989, de 1995 alcança a saída, do estabelecimento encomendante predeterminado, equiparado a industrial, de veículos nacionalizados, oriundos e procedentes de países integrantes do GATT/OMC, desde que a venda seja feita aos adquirentes ali previstos e que eles se destinem à utilização na categoria de aluguel (táxi).

Se não há imposto a ser pago na saída dos veículos nacionalizados do estabelecimento da pessoa jurídica que encomendou sua importação, tratando-se de saída com isenção do IPI na venda

aos adquirentes mencionados nos incisos I a III do art. 1º da Lei nº 8.989, de 1995 (táxis e cooperativas de táxi), o vendedor não faz jus a crédito alusivo à aquisição anterior desses veículos junto ao importador e, portanto, não se cogita de qualquer forma de seu aproveitamento.

**ISENÇÃO. REVENDA. VEÍCULOS NACIONALIZADOS. MISSÕES DIPLOMÁTICAS, REPARTIÇÕES CONSULARES DE CARÁTER PERMANENTE E DEMAIS ÓRGÃOS E PESSOAS MENCIONADAS NOS INCISOS XII E XIII DO ART. 54 DO RIPI/2010. IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA. ESTABELECIMENTO ENCOMENDANTE PREDETERMINADO. TRATADO INTERNACIONAL. APLICABILIDADE.**

As isenções do IPI - previstas no art. 8º, II, da Lei nº 4.502, de 1964, e no art. 1º, da Lei nº 5.799, de 1972 - para os veículos adquiridos por missões diplomáticas, repartições consulares de caráter permanente e demais órgãos e pessoas mencionados naqueles dispositivos, atendidas as condições ali estipuladas, contempla, em regra, veículos de fabricação nacional.

Esse benefício, no entanto, estende-se aos veículos importados, nacionalizados, originários e procedentes de países com os quais o Brasil mantenha tratado, acordo ou convenção internacional que assegure igualdade de tratamento, quanto aos tributos internos, para o produto nacional e o importado, tal como ocorre com os países integrantes do GATT/OMC.

A isenção alcança a saída do estabelecimento encomendante predeterminado da importação (estabelecimento da pessoa jurídica, equiparado a industrial), de veículos nacionalizados, oriundos e procedentes de países integrantes do GATT/OMC, quando revendidos a missões diplomáticas, a repartições consulares de caráter permanente e aos demais órgãos e seus integrantes sem, no entanto, abranger o IPI vinculado à importação, devido no desembaraço aduaneiro desses veículos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 139, DE 28 DE MARÇO DE 2019 (PUBLICADA NO DOU DE 01.04.2019).

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA  
Coordenador-Geral  
Substituto

(DOU, 15.02.2023)

BOAD11151---WIN/INTER

“O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam o mal acontecer.”

Albert Einstein